



3.8 • Metamorfoses da violência

A evolução do conceito de violência armada

A VIOLÊNCIA ARMADA PROVOCA, por ano, milhares de mortos, rasga purulentos sulcos psíquicos e físicos em cidadãos e sociedades, arrasa equilíbrios, vidas e futuros, afetando progressos, economias, a paz e a segurança, regionais e mundiais. O aumento de Estados em situação de fragilidade, a corrupção, os totalitarismos, as discriminações raciais, étnicas e religiosas, as alterações nas políticas devidas à economia, as heranças da Guerra Fria, os financiamentos dos conflitos e o fácil acesso a armas e munições, têm gerado relações entre conflitos armados, violência armada, terrorismo e criminalidade organizada. Tal afeta o desenvolvimento humano, atraindo a sociedade civil para a violência armada, assumindo esta o trágico lema *inter arma silent leges* (entre armas silenciam-se as leis). Importa, assim, perceber a evolução do conceito de violência armada, desde a I Guerra Mundial (I GM) até ao quotidiano.

Da I GM ao fim da II GM

A destruição ocorrida, em 1914-1918, na Europa, pôs fim ao crescimento e desenvolvimento vividos desde a Conferência de Viena (1815), assentes no comércio livre, na globalização e na evolução tecnológica, promotoras da paz, à guisa das teorias de Adam Smith. A I GM surgiu numa Europa sujeita às lutas de classes, ao nacionalismo contestador do livre comércio e defensor de blocos económicos e ao pavor pela revolução comunista e violência anarquista. A I GM provocou cerca de 9.000.000 de mortos, a maior parte militares, e 37.000.000 de vítimas, cerca de cinco por cento delas civis. Nela banalizou-se a violência para se atingir o terror, ressaltando a fratura de impérios, a indução de totalitarismos e um legado de violência facultada. A extrema violência da I GM originou, através das potências vencedoras,

em abril de 1919, a Sociedade das Nações (SN), para garantir a paz mundial e, em agosto de 1928, a constituição do pacto Briand-Kellogg, que ilegítima a guerra como solução de conflitos entre Estados.

Entre 1918-1939, surgiram guerras geradas nas ideologias e no totalitarismo, como a guerra civil russa (1918-1920 e 1928-1953), ou a guerra sino-japonesa (1926-1949).

Estima-se que os mortos da II GM atingiram os 66.000.000 e que 46.000.000 eram civis. Os objetivos militares extravasaram o terreno e as forças militares, englobando pontos nevralgicos e urbanos e centros de economia. A II GM banalizou o terror através da violência, atacando-se civis como alvos militares. Das cinzas da SN (formalmente extinta em 1946) surgiu, em 1945, a ONU, visando garantir a paz mundial e a regulação da violência.

Neste período, a violência era a essência da guerra e esta era a manifestação incontida, totalitária e completa daquela. A guerra total era uma manifestação viva de violência armada.

Durante a Guerra Fria

Após a II GM o mundo esteve suspenso na paz consentida pelo medo da destruição em massa e tudo gravitou em torno das duas potências emergentes: os EUA e a URSS.

Nesta era emergiu a dúvida sobre se as guerras, em especial as globais, ainda promoviam a mudança. Afinal a desintegração do império soviético, a divisão da Checoslováquia e a reunificação da Alemanha ocorreram sem guerras. Além disso diminuíram os episódios da guerra e ela nem sempre resolveu os problemas (p. e. o diferendo Israel-Palestina), foi considerada como solução (p. e. reivindicação das ilhas Curilhas pelo Japão

Francisco Xavier de Sousa

e Rússia) ou foi ganha pelas superpotências (p. e. EUA-Vietname). Porém, as vitórias das “guerras do povo” (p. e. a guerra da Argélia (1954-1962)), incentivaram outras guerras, entre colonizados africanos e colonizadores europeus, resolvidas através de acordos. Essa foi a época das guerras de guerrilha e das de contrassubversão ou de baixa intensidade (p. e. em Angola contra a UNITA), a maior parte sem solução armada. Todas provaram que a mistura do guerrilheiro com a população à qual pertence torna a guerra pesada e descabida, trazendo para a luta a sociedade civil, vitimando-a. Ciente destas dinâmicas, Galtung, nos anos sessenta, teorizou a violência, definindo-a em 1990 como sendo as ofensas evitáveis às necessidades humanas básicas e à vida em geral, diminuindo a satisfação das necessidades abaixo do que é potencialmente possível (Galtung, 1990, p. 292). Considerou, ainda, haver três tipos de violência: direta (é um facto), estrutural (é um processo) e cultural (é uma invariância) (Galtung, 1990, p. 294).

Nessa era surgiu a percepção de que o conceito de guerra não enquadrava confortavelmente todos os aspetos da conflitualidade entre Estados e no seu interior, tornando-se usuais outros conceitos, como “crise” ou “conflito”. Interpretar a guerra só sob o prisma da violência direta era ignorar a importância das culturas e do estrutural na “violência”. Peter Wallensteen e Margareta Sollenberg definiram conflito armado como uma incompatibilidade sobre governabilidade e ou território, em que o uso da força armada entre duas partes – em que pelo menos uma delas é um governo ou Estado – resulta, no mínimo, em 25 baixas ou vítimas a combate (Wallensteen & Sollenberg, 2001, p. 643). Parametrizando, esses autores consideraram que: os conflitos armados menores ostentavam números de mortes inferiores a 1.000; num conflito intermédio as mortes ultrapassavam as 1.000 num período superior a um ano; e a guerra caracterizava-se por ter mais de 1.000 mortos num ano (2001, p. 631 e 633). Procurou-se, ainda, diferenciar conflito de violência, pensando-se nesta como uma ação de atores num conflito ou a mutação deste pela constatação de que não tinha resolução pacífica.

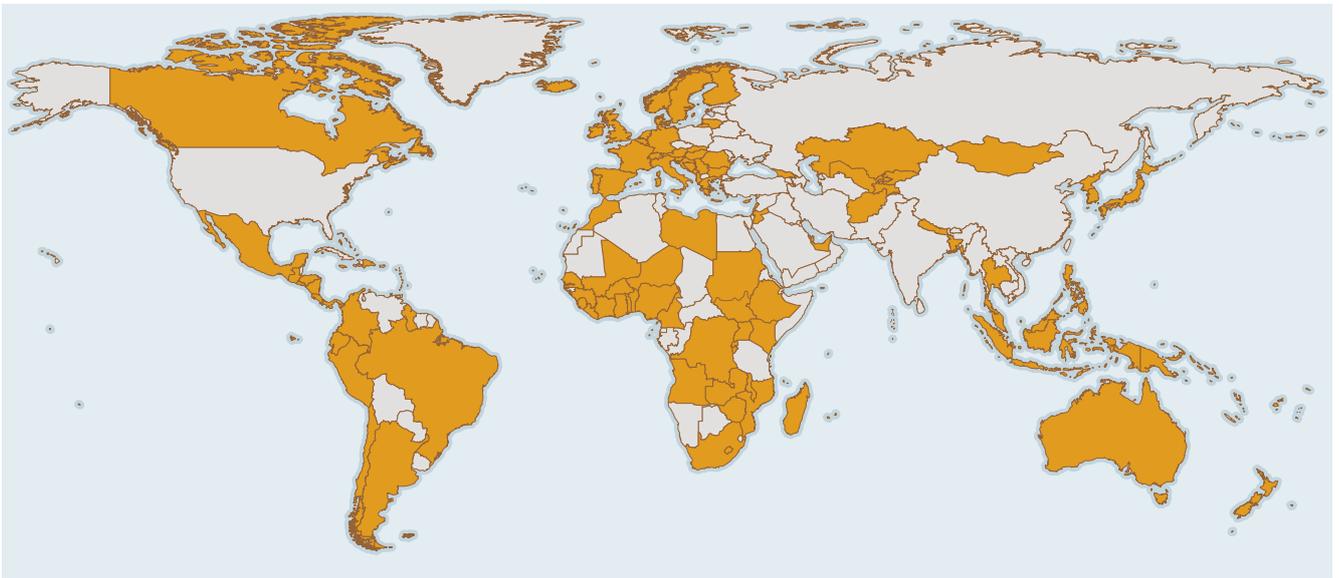
Do fim da Guerra Fria aos nossos dias

Nesta era verificaram-se várias transições no uso da violência armada, mormente nos atores, duração, geografia, objetivos, validação, forma e eficácia. Assim, os conflitos entre Estados têm perdido importância para os intraestatais, estendendo-se estes no tempo, emergindo nas áreas urbanas e rurais, longe dos países industrializados, sem visar a conquista territorial, por vezes com objetivos difusos, outras sem invocar metas, onde movimentos animados pela juventude procuram a

PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA

Sendo a violência armada um flagelo que hipoteca o presente e o futuro, a OECD tem, desde 2009, programas para a reduzir, centrados no desenvolvimento e na prevenção e sustentados na aplicação eficaz da lei e em esforços político-diplomáticos. Parte das soluções têm de envolver os conflitos armados, face à promiscuidade destes com o crime organizado, os tráficos e proliferação de armas, mas também à ineficácia dos desarmamentos, ao recrutamento de crianças-soldado, à demora na reintegração dos combatentes e à falta de políticas de reconstrução pós-conflito do Estado.

Tem havido grande dificuldade em se encontrar uma forma de aferição da evolução da violência armada. Para tornar essa dificuldade, o Secretária da Declaração de Genebra (SDG), consultando a ONU e outras organizações, definiu três objetivos, oito metas e os indicadores para cada uma delas (SDG, 2010, pp. 10-22). Desses objetivos ressalta a responsabilização dos países por os atingir, através da prevenção, da deteção a tempo dos riscos e da implementação de respostas para os reduzir. A responsabilização dos Estados é ainda defendida pela OCDE, no seu programa de redução de violência armada, em obediência ao espírito da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, de 2005, e da Declaração de Accra, de 2008 (OECD, 2005/2008), sendo esta um compromisso dos signatários com aquela outra. Tal espírito defende que os signatários devem apoiar os países que pretendem combater a violência armada, como únicos atores legítimos para o fazer, mas não de os substituir. Contudo, tal não deve ser tomado como regra intransponível, pois, caso a violência armada se transforme numa realidade crónica, capaz de colocar em fragilidade um Estado, então a OCDE preconiza a ajuda exterior, no sentido de garantir a eficácia e a legitimidade do Estado.



Signatários da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento.

Fonte: Geneva Declaration on Armed Violence and Development. Disponível em: <http://www.genevadeclaration.org/the-geneva-declaration/who-has-signed-it.html>.

afirmação (p. e. nas Primaveras Árabes), havendo facilidades na aquisição de armas e munições e na intervenção centrípeta da sociedade civil, como ator e vítima, sem que o potencial bélico seja sinónimo de invencibilidade ou de consecução de vontades políticas. A violência armada passou a ser descontinuada no tempo, com episódios relâmpagos assentes na superioridade tecnológica, muito mediatizada e globalizada, por vezes justificada pelo direito de ingerência e das intervenções preventivas, mas perdendo valor como instrumento das lutas sociais. A industrialização e privatização da violência, que retiram o exclusivo do Estado de exercer a violência legítima, a par da comercialização da conflitualidade, protagonizada por senhores da guerra e empresas criadas para a sustentar, têm atenuado a fronteira entre conflitualidade armada e violência armada.

“
Aceitando-se a violência armada como natural, corre-se o risco de a socializarmos, possibilidade que exige ao mundo a união contra ela.
 ”

No fim da década passada sentiu-se carência de uma conceptualização mais forte da violência armada, quando em vários *Human Security Report*, ou pelo PNUD e OECD, foi veiculado que havia indícios de que as mortes devidas aos conflitos armados estavam a diminuir, apesar de as baixas advindas da violência armada serem cerca de 740.000/ano e perto de 490.000/ano e ocorrerem em países não afetados por conflitos (SDG, 2011). Em 2005, na Cimeira Mundial, os líderes mundiais aceitaram a correlação entre desenvolvimento, paz, segurança e direitos humanos, facto reforçado em 2006, por quarenta e dois países, na “Declaração de Genebra Sobre Violência Armada e Desenvolvimento” (DG). Nela, sem se definir violência armada, refere-se os seus efeitos

e a intenção de os países dispenderem recursos e atuar para reduzir, até 2015, a sua carga global e melhorar a segurança humana (DG, 2006, p. 2). Hoje são 112 os signatários, entre os quais Portugal, que assume o dever da prevenção e redução da violência armada, dando valor às especificidades geográficas, demográficas, económicas, do género e da idade dos atores, sobretudo das vítimas. A DG defende a prevenção e o combate à violência armada, na perspectiva do esforço individual e coletivo, nos planos nacionais, regionais e multilaterais, através da cooperação, integração e coordenação, envolvendo várias organizações. Segundo a Secretaria da Declaração de Genebra (SDG), a violência armada provoca perdas de produtividade num país em conflito entre 95.000.000 e 163.000.000 de dólares americanos, podendo reduzir o crescimento da economia em dois por cento. A DG estabelece uma relação direta entre a violência armada e o crime organizado e entre a violência armada e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (OM), defendendo a redução dos impactos socioeconómicos e no desenvolvimento humano. Porém, nos OM não existem referências à violência armada. Talvez por isso a OCDE, em 2009, relacionou a violência armada com cada um dos OM, pelos efeitos daquela nestes (OECD, 2009, p.30). A OCDE definiu violência armada como o uso ou ameaça do uso de armas para infligir ferimentos, morte ou danos psicossociais, os quais prejudicam o desenvolvimento, dizendo que, existindo nas sociedades, afeta mais os países pobres ou mediantemente ricos (OECD, 2009, p.28). Tal definição não limita o uso às armas de fogo (p. e. ataques cibernéticos), enquadra um largo espectro de situações (desde a paz afetada na segurança e pelo crime, ao pós-conflito) e envolve a violência interpessoal (p. e. a criminalidade violenta, organizada ou não), mas também a violência mais alargada (p. e. os conflitos armados e os confrontos violentos entre grupos). Ela não impõe o Estado como principal ator, nem que haja motivos políticos. A definição da OCDE não é mundialmente aceite, mas permite definir as características capitais da

violência armada, os seus fatores de risco, proteção e efeitos, gerando imagens dos seus vários elementos, tais como as pessoas que afeta, os instrumentos usados, as instituições e autores envolvidos, os locais/regiões e dimensões do fenómeno (OECD, 2011, p. 16).

Hoje, os Estados já não são atores privilegiados da violência, surgindo outros como os senhores da guerra, do crime e os grupos informais e organizados; os objetivos podem não ter interesse militar e são atingidos pelo terror, cingindo-se os ideológicos aos económicos; a conflitualidade é local com eco global; e esbate-se a divisão entre público e privado, paz e conflitos, riqueza e pobreza. Mary Kaldor (2001, p. 143) já em 2001 aludia parte disto. Aceitando-se a violência armada como natural, corre-se o risco de a socializarmos, possibilidade que exige ao mundo a união contra ela. ■

Referências

- DG, 2006 — *La Déclaration de Genève sur la violence armée et le développement*. [Online] Disponível em: <http://www.genevadeclaration.org/fileadmin/docs/GD-Declaration-091020-FR.pdf> [Acedido em 14 agosto 2013].
- GAITUNG, J., 1969 — Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*. Vol 6, n.º 3. 1 janeiro, pp. 167-191.
- GAITUNG, J., 1990 — Cultural Violence. *Journal of Peace Research*. Vol 27, n.º 3. Pp. 291-305.
- KALDOR, M., 2001 — *New and old wars. Organized armed violence in a global era*. S. Francisco: Stanford University Press.
- OECD, 2005/2008 — *The Paris Declaration on Aid Effectiveness and the Accra Agenda for Action*. [Online] Disponível em: <http://www.oecd.org/development/effectiveness/34428351.pdf> [Acedido em 22 agosto 2013].
- OECD, 2009 — *Conflict and Fragility: Armed Violence Reduction-Enabling Development*. 1.ª Edição ed. Paris: OECD Publishing.
- OECD, 2011 — *Linking Security System: Reform and Armed Violence Reduction-Programming Note*. 1.ª Edição ed. Paris: OECD Publishing.
- PUREZA, J.; MOURA, T., 2009 — *Violência(s) e Guerra(s): do Triângulo ao Continuum*. Coimbra: Núcleo de Estudos para a Paz, FEC.
- SDG, 2011 — *Folheto sobre a Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento*. [Online] Disponível em: <https://translate.google.pt/?hl=pt-PT&tab=wT#en/pt/GD%20leaflet%20Portuguese/> [Acedido em 03 set 2013].
- WALLENSTEEN, P.; SOLLENBERG, M., 2001 — Armed Conflict, 1989-2000. *Journal of Peace Research*, set. Vol. 38, n.º 5. Pp. 629-644.